

**A TRAJETÓRIA DOS SEM TERRA NO ACAMPAMENTO JOSÉ MANOEL
BANDEIRA EM PIRAPORA - MG¹**

**THE LANDLESS TRAJECTORY IN JOSÉ MANOEL BANDEIRA
SETTLEMENT IN PIRAPORA - MG**

**Célia de Assis Mata²
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira³**

Resumo: A questão agrária origina-se no processo histórico de ocupação da terra no país. Assim, a estrutura fundiária foi sendo moldada de forma desigual, desencadeando um quadro de exclusão e expropriação dos camponeses. Essa situação motivou a formação de vários movimentos socioterritoriais, dentre eles destaca-se a atuação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Deste modo, salienta-se que a cidade e o campo têm se tornado cada vez mais espaços de conflitos que culminam em diversas formas de resistências e lutas sociais. Portanto, as reivindicações no campo vão desde a luta pela terra, ao reconhecimento das culturas e dos direitos fundamentais à existência humana. Diante do exposto, analisaremos neste trabalho, o histórico do Acampamento José Manoel Bandeira, a partir da ocupação iniciada em 2003 no município de Pirapora-MG, na mesorregião Norte de Minas Gerais. Para realização desta pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos, assim como trabalho de campo no Acampamento, visita técnica na Prefeitura Municipal de Pirapora, para construir o histórico do futuro assentamento, tendo como base a história de vida e memória dos acampados que seguem na luta pela territorialização do Assentamento José Manoel Bandeira nas margens do Rio São Francisco.

Palavras-chave: Reforma agrária; Campesinato; Acampamento José Manoel Bandeira; Pirapora.

Abstract: Agrarian issue begins in the historical process of land occupation in the country. Therefore, land structure was shaped unequally, triggering to a condition of peasants' exclusion and expropriation. This situation motivated the formation of several socio-territorial movements, among them the national action of the Landless Workers Movement – LWM (MST). Thus, the city and the country have become more and more, spaces of conflicts that end in several forms of resistance and social struggles. So, the claims in the country range from the struggle for land, to the recognition of cultures and fundamental rights to human

¹Trabalho vinculado à pesquisa: “Atlas da questão agrária no Norte de Minas Gerais” realizado no âmbito do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), com apoio da FAPEMIG. Uma primeira versão foi apresentada no Simpósio Internacional e Nacional de Geografia Agrária em novembro de 2017.

²Graduanda em Geografia – UNIMONTES. Bolsista de Iniciação Científica – BIC/CAMPI/UNIMONTES. E-mail: celiamata1981@hotmail.com.

³Doutorando em Geografia Humana – USP. Professor do Departamento de Geociências – UNIMONTES e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES). E-mail: gustavocepolini@usp.br.

existence. We will analyze in this work the history of José Manoel Bandeira settlement through the occupation, which started in 2003 in the municipality of Pirapora-MG, in the northern mesoregion of Minas Gerais. In order to accomplish this research, bibliographical surveys, and a fieldwork in the Settlement was carried out. Also, a technical visit to the Municipality of Pirapora, aiming to build the history of the future settlement from the peasants' life history and memory, who keep in the struggle for territorialisation of José Manoel Bandeira Settlement on the banks of the São Francisco River.

Keywords: Agrarian reform. Peasantry. José Manoel Bandeira Settlement. Pirapora.

Introdução

A cidade e o campo têm se transformado cada vez mais em espaços de conflitos que culminam nas diversas formas de resistências e lutas sociais. Por isso, para analisar a reforma agrária, é necessário refletir sobre políticas públicas que estabeleçam e objetivem a desconcentração fundiária, e também perpassem por um amplo plano nacional de reforma agrária, financiamento, assistência e extensão rural contínua, cuja idealização ainda não ocorre no país. Por isso, ao longo de décadas, a solução para parte dos conflitos no campo tem sido algumas desapropriações e a compra de terras, em resposta às pressões das famílias sem terra, organizadas ou não por movimentos sociais ou socioterritoriais, como apregoa Fernandes (2001).

Como exemplo fundante, “é interessante notar que o MST atua em vários estados; no entanto, o número de assentamentos ainda continua inferior aos parâmetros cabíveis para uma ampla reforma agrária, que não se restrinja apenas em dar “terras” para aqueles que não às têm”. (FERREIRA, 2011, p. 41). Isso revela uma contrarreforma agrária vigente no país em todas as regiões, conforme as profícuas interpretações de Oliveira (2006, 2011).

O Art.184. CF/88 diz que compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusulas de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão e cuja utilização será prevista em lei (ROCHA, 2017 e OLIVEIRA, 2008).

De acordo com Martins (1997, p. 48):

[...] uma reforma agrária ampla e consequente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicador de benefícios salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política. Só elites obtusas não podem ver isso.

A organização de uma ocupação de terras devolutas emana da necessidade de sobrevivência, pela consciência construída na realidade em que se vive (FERNANDES, 2001a). Eis uma ruptura que vai além da terra como apreçoada por Ferreira (2011). É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência, através da luta pela reforma agrária, o movimento tem possibilitado às famílias, que se encontravam em situação de exclusão social, a construção de um novo horizonte de vida, a partir do acesso à terra e da possibilidade de trabalho permanente e de geração de renda que dela advém (FERNANDES, 2001a). Assim, pode-se entender que:

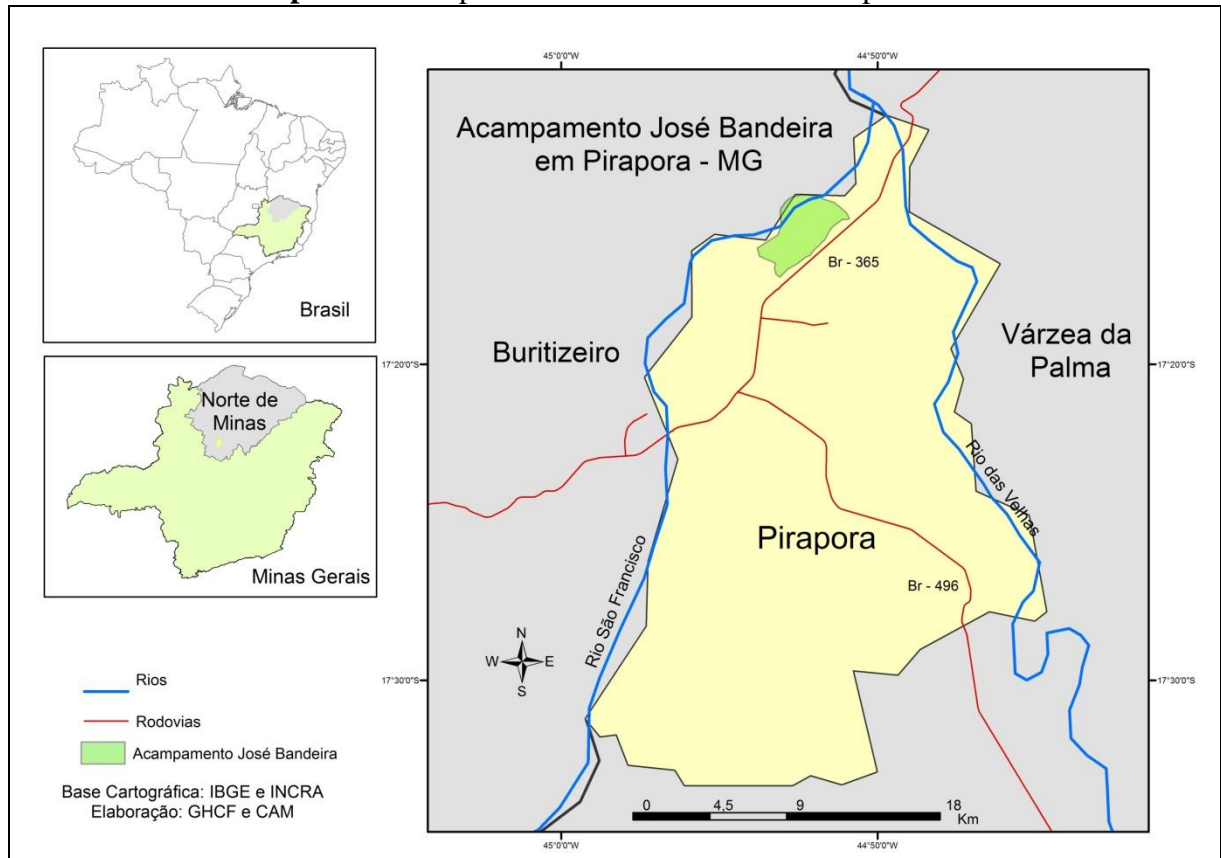
Vive-se no Brasil cotidianamente, a rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto, apreenderam que só a luta garantirá no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado. (OLIVEIRA, 2007, p. 153)

A reforma agrária é uma necessidade urgente que contribui para manutenção, construção e consolidação de nossa soberania, perante o avanço do agronegócio, que é favorecido por uma disputa desigual entre os modelos de desenvolvimento com interesses distintos e antagônicos. Enquanto o agronegócio e seu conglomerado de empresas utilizam o território brasileiro para especulação e produção de mercadorias para o mercado internacional, o campesinato tem compromisso com o a produção alimentos de qualidade e em quantidade para a grande maioria da população local, como indicado no último Censo Agropecuário de 2006. Isso ficou nítido durante os trabalhos de campo e nas entrevistas com os acampados do José Bandeira.

No mapa a seguir, pode-se verificar a localização do assentamento em Pirapora, nas imediações do rio São Francisco, fato que assegura ao futuro assentamento certa tranquilidade

em relação aos recursos hídricos, tão escassos no Norte de Minas Gerais. Além disso, ressaltase a proximidade com a rodovia, um grande diferencial para os acampados que lutam pela reforma agrária.

Mapa 01: Acampamento José Bandeira em Pirapora-MG



Fonte: GHCF e CAM (2017).

Um breve histórico da luta pela terra no Acampamento José Bandeira

Esta pesquisa, a partir deste breve resgate histórico, visa analisar uma das áreas ocupadas pelos Sem Terra, a Fazenda da Prata, localizada em Pirapora-MG, na mesorregião Norte de Minas Gerais, que possuiu uma área de 2.937 hectares, terras que se encontravam abandonadas. Essa fazenda foi ocupada em 2003 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quando cerca de 140 famílias ocuparam o local por sete anos. Neste ano, o nome da Fazenda da Prata foi mudado pelos ocupantes do local para José Manoel Bandeira, em homenagem a um trabalhador que lutou para que esta terra fosse desapropriada. Porém, no

ano de 2009, as famílias foram despejadas, mas a área continuou abandonada por dois anos. Diante disso, em 05 de agosto de 2012, cerca de 180 famílias reocuparam o local, tornando a área produtiva novamente. Atualmente constatam-se vinte e quatro processos no Fórum da Comarca de Pirapora, ajuizados pelo proprietário da Fazenda da Prata, dos quais dois correm sob sigilo judicial contra a ocupação da área. Na figura a seguir pode-se observar uma das residências dos acampados às margens do rio São Francisco.

Figura 01: Residência no Acampamento José Manoel Bandeira



Fonte: CAM (2017).

No ano de 2015, houve uma ruptura entre os camponeses do assentamento José Bandeira e o MST. Os camponeses afirmam que não existe mais nenhuma ligação dos mesmos com o referido Movimento, e, após o rompimento com o MST, os Acampados criaram o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Renegados* (MSTR), movimento criado pelos próprios camponeses dissidentes, atualmente os mesmos pertencem ao MTCST - *Movimento dos Trabalhadores (as) Camponeses(as) Sem Terra*, também criado pelos camponeses, conforme pode-se verificar na bandeira a seguir.

Figura 02: Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Camponeses Sem Terra

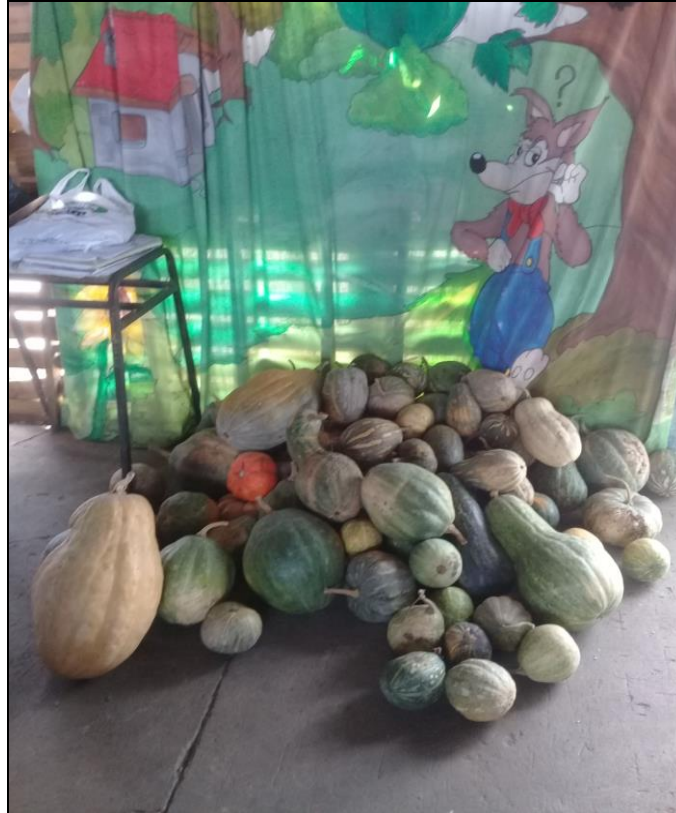
Fonte: CAM (2017).

Durante as entrevistas realizadas com os Acampados, estes relataram que atualmente 165 famílias vivem no Acampamento, famílias estas que são compostas em média por sete pessoas, vivendo de forma precária, em um local que não oferece condições básicas mínimas de moradia, sem água encanada, nem energia elétrica e com banheiros improvisados.

Foram criadas normas internas para o Acampamento durante as assembleias, sendo eleita uma coordenação responsável para ajudar o Coordenador Geral com a administração da área. Cada família tem direito a uma área de 10 hectares de terra, sendo 3 hectares para construção de suas residências e 7 hectares para o plantio das culturas. Ressalta-se que os lotes para o plantio são todos próximos ao rio São Francisco, facilitando eventuais irrigações, e também em função da fertilidade dos solos.

A sobrevivência destes camponeses sai dessa terra, onde cultivam todo o tipo de cultura: milho, feijão, mandioca, melancia, abóbora (Figura 03) e hortaliças, entre outros, todos sem agrotóxicos, comercializados pelas famílias na cidade, em feiras e supermercados, sendo que alguns produtos são revendidos para outras cidades, através de atravessadores. Trata-se de uma reforma agrária que envolve qualidade de vida e segurança alimentar e nutricional, conforme indicado por Souza et al. (2014).

Figura 03: Abóboras colhidas no Acampamento



Fonte: CAM (2017).

Segundo relatos dos camponeses, eles não recebem nenhuma ajuda governamental para investir nas suas plantações, todo investimento no plantio das culturas são custeados com recursos próprios.

Ocupação da Prefeitura Municipal de Pirapora-MG

A Prefeitura Municipal de Pirapora disponibiliza um ônibus para fazer o transporte escolar e fornece caminhões pipas que levam água para abastecer os moradores do Acampamento três vezes semana. Trata-se de um acordo que a gestão anterior (2013-2016) estabeleceu com os camponeses. Entretanto, não há uma boa relação entre os camponeses e a gestão atual, os mesmos relataram que durante meses, os responsáveis pelo acampamento vinham tentando agendar uma reunião com a Prefeitura de Pirapora, não obtendo êxito.

Por isso, no dia 03 de abril de 2017, 165 famílias do Movimento dos Trabalhadores Camponeses Sem Terra - Acampamento José Manoel Bandeira (Fazenda da Prata, Pirapora-MG), ocuparam a Prefeitura Municipal de Pirapora, exigindo uma reunião com a Prefeita

Marcella Machado Ribas Fonseca, para reivindicarem a garantia de direitos fundamentais que os moradores alegam que estão sendo violados constantemente pelas autoridades, nas figuras a seguir pode-se verificar parte da ocupação e os cartazes elaborados pelos acampados do José Manoel Bandeira.

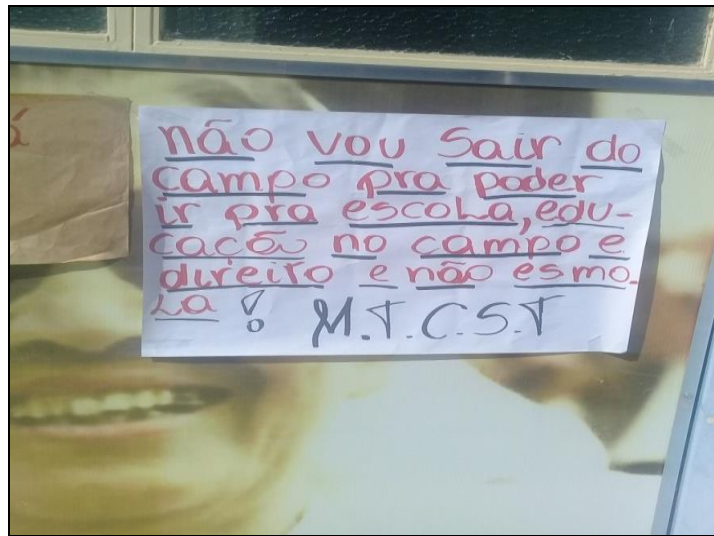
Figura 04: Ocupação da Prefeitura Municipal de Pirapora



Fonte: CAM (2017).

Dentre as reivindicações, destacam-se: fornecimento regular de água e energia; regularidade no transporte escolar e retorno do projeto Escola Integrada; disponibilização de agente comunitário de saúde para o Acampamento; convênio da Prefeitura de Pirapora com a Emater para garantia do Seguro Safra; manutenção das estradas de acesso ao Acampamento; apoio ao projeto de proteção de nascentes e de cultivo de mudas para revitalização das matas ciliares de margens dos cursos d'água locais e do Rio São Francisco. Embora algumas demandas não sejam da alçada municipal, trata-se de uma articulação singular dos acampados frente aos dilemas de uma luta pela terra que perdura por quase quinze anos.

Figura 05: Cartaz afixado na Prefeitura durante a ocupação do prédio pelo Movimento dos Trabalhadores Camponeses Sem Terra



Fonte: CAM (2017).

A partir dessas demandas, cabe salientar que atualmente ainda há um impasse entre os acampados e os representantes da Prefeitura, pois somente algumas das reivindicações citadas anteriormente foram atendidas, sendo estes o transporte escolar, que funciona diariamente no acampamento e o fornecimento de água, que acontece pelo menos duas vezes na semana através dos caminhões pipas. Por isso, os acampados continuam na luta por melhorias na terra de trabalho, e, sobretudo, pela reforma agrária.

Projeto Escola Integrada no Acampamento

Sabe-se que a identidade do Acampado é o resultado da busca da comunidade por uma transformação da realidade, que se inicia a partir do momento da vinculação desses com o cotidiano de luta. O acampamento, sendo uma forma de materialização dessa luta, promove esse processo de formação da identidade. Ao longo desse árduo caminho pela conquista da terra, a escola, por se encontrar neste espaço de luta, também se enquadra neste modelo, portanto é um espaço formador da identidade do Acampado, essa escola pode ser considerada um espaço de referência da identidade de Sem-Terra, elevando ainda mais sua importância para o acampamento e para a consolidação deste movimento socioterritorial.

Um dos motivos que levaram as famílias do Acampamento José Bandeira a ocuparem a Prefeitura Municipal, foi justamente a reivindicação do retorno do Projeto Escola Integrada, segundo relatos dos moradores do Acampamento, a escola, que atualmente está fechada, já foi

muito ativa, os moradores relembram da escola com muita saudade e ânimo. No período de 2004 a 2009 os alunos do Acampamento não precisavam se descolar para estudar, pois tinham uma escola dentro do próprio Acampamento, cerca de 30 alunos das séries iniciais da Educação Básica estudavam na escola.

No ano de 2009, os Acampados foram despejados do local e só reocuparam a fazenda no ano de 2012, mas a escola só voltou a funcionar no ano de 2014, e funcionou até o ano de 2015, os moradores relataram que nesse período a Escola era uma extensão da “Escola secular”, as turmas eram multisseriadas, tinham 23 alunos do 1º ao 5º ano, que frequentavam a escola. A escola tinha um Pedagogo, uma Professora de Matemática e uma de Português, que ministravam aulas de reforços para os alunos que estavam em dificuldade. A escola do Acampamento ainda contava com uma Operadora Educacional que preparava as refeições para os alunos todos os dias, todos os profissionais da educação citados anteriormente eram vinculados à Prefeitura de Pirapora.

Ainda sobre a Escola, os acampados relembram que esta contava também com profissionais voluntários, que davam aulas de Educação Física e Artesanato. Nas entrevistas, os Acampados relataram que no espaço escolar eram realizadas palestras que abordavam os seguintes temas: Medicina Alternativa, preservação de áreas ambientais, ciência da vida e da natureza, formação familiar, alcoolismo e drogas. Muitas desta palestras eram feitas em parceria com a Ação Social e os Agentes de Saúde do Acampamento. Também eram realizadas oficinas de plantio de mudas no acampamento, e confecção de xaropes caseiros, que os alunos aprendiam a fazer durante as palestras, sobretudo nas de Medicina Alternativa.

Encontro Estadual dos acampados e assentados de Minas Gerais

No dia 09 de Dezembro de 2017, ocorreu o 1º Encontro Estadual dos acampados e assentados de Minas Gerais, no próprio Acampamento José Manoel Bandeira, estiveram presentes no evento, cerca de 120 pessoas dos Acampamentos Cristo Rei, Zé Beraldo, Bambuí, Alvimar Ribeiro, Novo Paraíso, Liga Camponeses Pobres e o representante do MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais. Os temas abordados no encontro foram: A questão agrária no Brasil; a luta camponesa diária; a exploração dos camponeses pelos latifúndios; a luta dos povos indígenas; quilombos e camponeses; os crimes cometidos pelos latifundiários contra os camponeses; a luta contra a grilagem de terra; qual é

o caminho da luta pela revolução agrária; a importância da produção alimentar sustentável; a necessidade das políticas públicas sociais que visam ajudar a agricultura camponesa-familiar; a necessidade do apoio político para que o processo de reforma agrária seja alcançado e o crédito fundiário com o objetivo de reduzir a desigualdade social e melhorar a qualidade de vida no campo.

Durante o encontro foi criada a FNL - Frente Nacional de Lutas por: terra, trabalho e liberdade, que tem por objetivo construir uma organização social em um processo participativo, cuja direção será coletiva.

Considerações finais

Diante do exposto, considera-se que o papel dos movimentos de luta pela terra é de suma importância para a conquista dos assentamentos. Assim, cabe entender que os frutos oriundos da reforma agrária derivam de conflitos e resistências frente às legislações e artimanhas do latifúndio, bem como do capital.

Nesse sentido, a reforma agrária reafirma ser uma política de inclusão social, ou seja:

Acampamentos e assentamentos constituem-se em novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão - reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e boias-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, a transformação da ação organizada das novas lideranças, abria novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo são componentes ainda localizadas no campo brasileiro, sinal inequívoco de que estes trabalhadores, apesar de tudo, ainda lutam. (OLIVEIRA, 2007, p. 137-8)

A reforma agrária é, portanto, um processo de mudanças estruturais que visa distribuir os direitos sobre a posse e uso da terra e o controle de sua produção, assegurando a participação da população rural. A reforma agrária é um processo gradativo, e necessita de um programa de Estado, que tenha em vista o desenvolvimento da agricultura, das formas de produção, e principalmente, que solucione os problemas sociais do campo, caso contrário, ela apenas cumprirá o seu papel de política compensatória, deixando de atacar, na essência, as

causas da fome e da miséria, que respondem pela exclusão social de parcela significativa da população.

Portanto, a reforma agrária não se limita à mera democratização do acesso à terra, ela deverá estar voltada para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, que tenha como base a agricultura camponesa, o desenvolvimento rural sustentável, a diminuição da violência, do êxodo rural e da desigualdade social e territorial que nos assola cotidianamente. Por isso, os acampados do José Manoel Bandeira persistem na luta em busca da construção da autonomia na terra que virá com a reforma agrária.

Referências

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A ocupação como forma de acesso a terra** - 2001a. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2017.

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini. **No Chão e na Educação: o MST e suas reformas**. Jundiá: Paco Editorial, 2011.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A "Não Reforma Agrária" do MDA/INCRA no governo Lula. **Reforma Agrária**, v. 33, p. 165-201, 2006.

_____. **Capitalista de Produção, Agricultura é Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula. In.: **Anais do EGAL**, Costa Rica, 2011.

OLIVEIRA, Igino Marcos da Mata de. **Breve história da terra no Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/709480>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA. **Acampamento José Bandeira**. Disponível em: <<http://www.pirapora.mg.gov.br/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

ROCHA, Herivelto Fernandes. **Disputa territorial, conceitualização e a atualidade da Reforma Agrária no Brasil**. Disponível em: <<https://web.ua.es/es/revista-geographos->

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

giecryal/documentos/herivelto-fernandes.pdf?noCache=1364503807774>. Acesso em: 24 ago. 2017.

SOUZA, Vanilde Ferreira de et al. **Reforma Agrária, qualidade de vida e segurança de vida alimentar e nutricional - 2014**. Disponível em:<<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Artigo-1.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

Recebido em 19 de abril de 2018.

Aceito em 07 de maio de 2018.